

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2026-09-10

Deposited version:

Submitted Version

Peer-review status of attached file:

Unreviewed

Citation for published item:

Alves, P. M. (2025). Mulheres militantes: O processo de adesão à ação militante sindical de Joana. In Pâmela Cabreira, Livia Casimiro Sampaio, Teresa Melo, Ana Catarina Maia e Ana Barradas (Ed.), *I Seminário Mulheres com História e o 25 de Abril de 1974* (pp. 56?65). Autónoma Edições.

Further information on publisher's website:

<https://repositorio.grupoautonoma.pt/items/c8b303d7-839f-44f5-a205-413e046f13a6/full>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Alves, P. M. (2025). Mulheres militantes: O processo de adesão à ação militante sindical de Joana. In Pâmela Cabreira, Livia Casimiro Sampaio, Teresa Melo, Ana Catarina Maia e Ana Barradas (Ed.), *I Seminário Mulheres com História e o 25 de Abril de 1974* (pp. 56?65). Autónoma Edições.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Uma mulher militante: o processo de adesão à ação militante sindical de Joana

Paulo Marques Alves¹

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa e DINÂMIA'CET-ISCTE

1. Introdução

As ciências sociais em geral e a Sociologia em particular têm sido pródigas no enunciar de um conjunto de teorias que não resistem a um confronto com a realidade, sendo rapidamente desmentidas pelos factos. Freyssenet (2002) dirá que estamos perante “*la forma más sencilla de equivocarse en ciencias sociales*”.

Entre essas teorias avulta desde logo a que postula o fim da história (Fukuyama, 1999) em consequência do triunfo, considerado irreversível, do neoliberalismo. Mas há também quem afirme o fim das classes ou, pelo menos, a perda de validade teórica deste conceito numa sociedade definida como “*pós-moderna*” e individualista (e.g. Clark & Lipset, 1981). E também fim das ideologias (e.g. Bell, 1964; Lipset, 1981; Aron, 2004). E há quem anuncie, a partir de diferentes perspetivas teóricas, igualmente o fim do trabalho ou da sua centralidade nas sociedades contemporâneas (e.g. Rifkin, 1995; Gorz, 1980; Habermas, 1981; Méda, 1995).

Por último, fim do sindicalismo e fim da militância que, como referem Poujol e Romer (1993), é constantemente anunciada. Certamente que o sindicalismo se encontra em crise, e se bem que alguns cheguem mesmo a profetizar o seu desmoronamento definitivo (e.g. Rodrigues, 1999), ele ainda que enfraquecido perdura e os militantes continuam a existir e a agir.

Neste artigo centrar-nos-emos sobre a adesão à ação militante por parte de Joana² que, embora sendo uma criança aquando do 25 de Abril, foi uma mulher de Abril. Mais do que tentar explicar o *porquê* da sua adesão, interessa-nos antes compreender *como* é que ela se tornou militante sindical. Dito de outra forma, o que nos interessa compreender é o processo que a conduziu à militância sindical.

São quatro as nossas interrogações de partida: o que é um/a militante sindical? que experiências individuais e/ou coletivas conduzem à militância? Como se processa a adesão? Em que circunstâncias ocorre?

¹ Paulo Marques Alves é Doutor em Sociologia pelo ISCTE. Professor Auxiliar no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, tem lecionado nos domínios das teorias sociológicas; das metodologias de investigação; e do trabalho, emprego e relações laborais, sendo investigador integrado do DINÂMIA'CET-ISCTE. É autor de várias publicações, integrando igualmente algumas redes de investigação e sendo membro do conselho de edição de diversas revistas científicas.

² Nome fictício.

Consideramos os militantes como atores dotados de margem de autonomia na definição das suas opções de vida, ainda que essa autonomia seja condicionada por constrangimentos decorrentes da posição que ocupam na estrutura social.

Segundo o nosso modelo, para que a passagem à ação militante se dê, é fundamental que se verifiquem determinadas condições, entre as quais a existência de fatores estruturais. Deste modo, em última instância, é a estrutura das relações *de* e *no* trabalho que explica a adesão – ou não – à ação militante sindical, como demonstra o caso de Joana.

2. O conceito de *militante sindical*

Sendo um ator coletivo, o sindicato é construído pelos homens e mulheres que o integram e que nele assumem níveis diferenciados de participação. Caire (1971, p. 330), distingue entre os “*sympathisants*”, a população mais difícil de definir e de estimar; os “*adhérents*” ou “*syndiqués*”, que se limitam a pagar as suas quotas e a participar ou não na ação, conforme as conjunturas, e os “*militants*”, aqueles que aceitam assumir responsabilidades no seio da organização. Neste grupo podemos distinguir várias categorias consoante o grau de responsabilidade tido na hierarquia da organização sindical. De acordo com Andolfatto e Labbé (2000), na base da pirâmide estão os “*délégués*”; numa posição intermédia os “*permanents de syndicats*”, assim como outros militantes com atividade ao nível das direções dos sindicatos e, por fim, os “*permanents «politiques»*”, que exercem o seu trabalho na cúpula da organização sindical, isto é, nas confederações, federações e estruturas regionais. Nestes é ainda possível distinguir entre os que acumulam as suas tarefas sindicais a nível de direção com uma atividade profissional e os que consagram a totalidade do seu tempo à atividade sindical.

Estas são tipologias de índole indubitavelmente descritiva, baseadas em critérios objetivos e formais, como existem várias. Todavia, outras há com um cunho analítico (e.g. Batstone et al. (1979; Dufty, 1981; Mouriaux, 1983; Kelly & Heery, 1994).

O que é ou não considerado *militante sindical* depende dos contextos sociais e dos momentos históricos e até das culturas organizacionais das diversas confederações sindicais num dado país, embora existam traços comuns que são transversais no tempo e no espaço.

Consideramos serem *militantes sindicais* os homens e as mulheres sujeitos a uma relação de assalariamento, que aderem a uma *ação militante*, enquanto forma específica de *ação coletiva* que requer esforço e empenhamento no longo prazo e nela investem, sendo que entendemos aqui *investimento* não no sentido que lhe dão os economistas, mas num sentido bourdieusiano (Bourdieu, 1980, p. 34-35).

Para se ser *militante sindical*, é preciso estar-se filiado num sindicato, o que constitui uma condição necessária, mas não suficiente. De facto, um militante não se limita a pagar quotas, a assistir a reuniões ou a participar nas eleições sindicais ou em greves. Ele é alguém que luta por uma causa coletiva, protagonizando-a de modo ativo, quer seja de uma forma benévola (o delegado sindical ou o dirigente não permanente), quer de uma forma remunerada (o dirigente a tempo inteiro).

A sua atividade militante não é pontual ou esporádica, mas continuada, porque o horizonte do militante não é o curto prazo, antes é indefinido. Deste modo, a sua adesão deve ser constantemente revivida, tal como Andrieux e Lignon (1973) salientam. E, por comparação com o simples sócio de um sindicato, o esforço e os custos envolvidos são consideravelmente muito superiores, pois a dedicação à causa pode implicar o sacrifício da vida privada, do tempo de lazer e até da própria vida.

O militante possui uma dupla legitimidade, a que lhe é conferida pelo voto dos seus camaradas de trabalho, por ocasião de atos eleitorais, e a que lhe é conferida pela legislação, pelas normas sindicais plasmadas nos documentos internos (estatutos, regulamentos, manuais do militante, etc.), pelas convenções coletivas de trabalho e todos os documentos onde se especificam os seus direitos e deveres.

Um militante pode assumir responsabilidades a diversos níveis na organização sindical, desde a sua base até à liderança de uma confederação, representando os interesses dos trabalhadores desde os locais de trabalho até instâncias nacionais ou internacionais.

As tarefas que um militante desempenha podem ser tipificadas em três categorias, a primeira incidindo no interior da organização, a segunda nas relações com o ou os adversários e a terceira assumindo um carácter transversal. A primeira refere-se a um conjunto de empreendimentos que visam a integração e o reforço do grupo sindical, como sejam sindicalizar trabalhadores, criar e desenvolver a organização sindical nos locais de trabalho, auscultar os trabalhadores, elaborar e distribuir informação sindical, elaborar outro tipo de documentos sindicais, coordenar e apoiar a organização sindical de base, dirigir e gerir a organização, etc.. Na segunda, incluem-se a mobilização dos trabalhadores, a sua representação junto da direção da organização onde laboram ou noutras instâncias, o implementar de ações reivindicativas, o denunciar e participar na resolução de problemas laborais, o negociar com o patronato ou o governo, etc.. Entre as tarefas transversais sobressai a definição das políticas sindicais, que se direcionam tanto para o interior como para o exterior da organização.

Atendendo à divisão do trabalho existente no seio da organização sindical, que Mothé (1965) evidenciou, implicando em particular uma cisão entre conceção e execução, um

militante concreto, num dado momento, executa unicamente as tarefas que são inerentes à posição que ocupa na hierarquia sindical, o que significa que poderá nunca vir a assumir algumas das que foram mencionadas.

3. A adesão à ação militante

Militar sindicalmente não é um ato gratuito, desprovido de sentido. Não se age por gosto, desejo de aventura ou para desse ato se retirar prazer – as “*satisfactions libidinales*” de que fala Bourdet (1976).

São diversas as abordagens que tentam explicar a militância sindical, todas elas se centrando fundamentalmente na tentativa de explicitação das causas que estão na sua origem, as quais são intituladas de *motivações*, *razões* ou *fatores*. Essa explicitação faz relevar, por exemplo, aspetos de personalidade, como o “*tempérament*” de Maitron (1961). Dela sobressaem igualmente factores de índole utilitarista ou eventuais retribuições materiais ou simbólicas retiradas do facto de se militar (e.g. Gaxie, 1977; Olson, 1998), a que se poderão juntar as compensações psicológicas para uma vida de trabalho frustrante (e.g. Andrieux & Lignon, 1973) ou para o *stress* inerente ao trabalho (e.g. Moore, 1980), bem como a tentativa de fuga a uma situação de alienação (Mothé, 1965). Outros realçam que a adesão tem a ver com a identificação com uma dada ideologia sindical (e.g. Hyman, 2001). Também razões de carácter ético são apontadas (e.g. Caire, 1980). A prossecução de um projeto militante, envolvendo a defesa de interesses imediatos, acompanhado ou não de objetivos políticos mais latos é outro fator (Erbès-Seguin, 1971). Noutras perspetivas, considera-se uma multiplicidade de fatores (e.g. Labbé & Croisat, 1992), no caso destes autores, ainda que com preponderância dos fatores ideológicos. Por fim, a ideia da existência de um ajustamento psicológico ou atitudinal com o movimento, o “*union commitment*” (e.g. Sverke & Kuruvilla, 1995).

A nossa abordagem é distinta. Como referimos, mais do que tentar explicar o *porquê*, interessa-nos antes compreender *como* é que alguns homens e algumas mulheres se tornam *militantes sindicais*, ou seja, interessa-nos discernir o *processo* que conduz à militância, neste caso sindical. Uma abordagem deste tipo implica a tomada em consideração da variável *tempo*, um tempo que se divide em dois momentos: o primeiro, é o dos percursos a montante da adesão, o que significa analisar as socializações primária e secundária; o segundo, é o da adesão em si, envolvendo as circunstâncias em que ocorre.

Assim sendo, na perspetiva que seguimos, os conceitos de *socialização militante*, de *projeto sindical*, de *orientação para a ação militante* e de *redes sociais* são centrais.

Adotamos o conceito de *socialização militante* por analogia com a noção de “*political socialization*” devida a Hyman (1969), a qual tem vindo a ser utilizada por outros autores, ainda que para alguns, como Percheron (1993), a perspectiva teórica subjacente seja diversa da do autor norte-americano. Contrariamente a Hyman, esta autora considera que o processo de socialização é biunívoco, assistindo-se a uma troca constante e recíproca entre a sociedade e o indivíduo, que não é entendido como um ser passivo. Por outro lado, a socialização não se reduz a uma simples aprendizagem de comportamentos, sendo primordialmente o desenvolvimento de uma “*représentation du monde*”, que é resultado das várias experiências de cada indivíduo, e, por outro, a estruturação das opiniões não é vista como definitiva, estando sujeita a uma constante reestruturação ao longo de várias etapas.

Acima de tudo, a socialização é um mecanismo de construção de uma “*identité*” – a qual segundo Dubar (1991) comporta um duplo processo identitário: uma “*identité pour autrui*”, isto é, uma identidade que é atribuída a um indivíduo pelas instituições e pelos indivíduos que com ele interagem diretamente, e uma “*identité pour soi*”, construída por cada um no decurso da sua vida e que não é separável das suas trajetórias sociais –, a qual releva da integração como um todo das diferentes “*identifications*” do sujeito. Por sua vez, os processos de identificação, alicerçam-se na “*appartenance*” a um grupo, seja o grupo de pertença seja um grupo de referência, e numa “*relation*” e, de acordo com Percheron, desempenham simultaneamente um papel “*interprétatif*”, ao permitirem ao indivíduo organizar as suas experiências num sistema significativo, e “*defensif*”, ao protegê-lo contra as frustrações e a ansiedade.

Consideramos que a *socialização militante* ocorre ao longo do período que precede a adesão à *ação militante*, prolongando-se para além desse momento, sendo através dela que os indivíduos são sensibilizados para a sua necessidade e legitimidade face aos quadros de injustiça ou de desigualdades sociais vivenciados ou testemunhados, quer no exterior quer no interior do mundo do trabalho, sendo que o sentimento de injustiça variará, nomeadamente, em função da pertença socioprofissional e da posição ocupada na divisão social do trabalho.

A socialização militante prévia à adesão à *ação militante* ocorre em vários espaços, desde a esfera familiar à do trabalho. O período em que decorre estende-se da infância até ao momento em que se atravessa a fronteira entre a passividade e a ação. Deste modo, compreende não só todo o período anterior à inserção no mercado de trabalho, mas igualmente todo o período da vida profissional que se espraia até ao início da ação militante. Pode ser induzida por outrem (familiares, amigos, vizinhos, colegas de escola ou de trabalho ou figuras tutelares, como professores, padres, militantes, etc.) ou autoinduzida através de leituras, filmes, etc..

Por último, consideramos que a socialização pode ser um fator potenciador, mas não é determinante, nem de uma identificação com um dado *projeto sindical*, numa aceção próxima da de Erbès-Seguin (1971), o que significará a adesão a uma ideologia sindical (Hyman, 2001), a um modelo organizativo, à prossecução de certos objetivos e à implementação de determinadas formas de ação, nem da produção de uma *orientação para a ação militante*, isto é, de uma predisposição para investir, aceitando cargos sindicais, numa ação que envolve esforço e empenhamento, por se considerar que ela é necessária e legítima. O carácter não determinante da socialização está bem expresso em Andrieux e Lignon, quando reconhecem que nem todos os operários são militantes, apesar de estarem sujeitos à mesma condição e todos poderem ter acedido a uma “*prise de conscience*”.

Deste modo, a história pessoal e a produção de uma *orientação para a ação militante* constituem apenas condições necessárias, mas não suficientes, para o atravessar da fronteira que separa a simples adesão sindical do *investimento na ação militante*. Para que essa fronteira seja transporta é indispensável ter em consideração a “*embeddedness*” (Granovetter, 1985) dos indivíduos nas *redes sociais* pois, como afirmam McAdam e Paulsen, “*without structural factors that expose the individual to participation opportunities or pull them into activity, the individual will remain inactive*” (McAdam & Paulsen, 1993, p, 644). Assim sendo, as *redes sociais* e as *orientações para a ação militante* constituem duas dimensões críticas para a compreensão destes *processos*, intervindo ambas neles, com as redes a funcionarem como catalisadores da ação.

É através destas redes que se procede à socialização e ao recrutamento, sendo que, nomeadamente para Granovetter, elas permitem também fazer a ponte entre as dimensões individual e estrutural, entre o micro e o macro, entre a localização estrutural dos atores sociais e as suas orientações e ações. A localização estrutural dos atores sociais traduz-se em ação devido à influência que as redes exercem na sua perceção sobre as suas próprias possibilidades assim como do meio envolvente social e político. Deste modo, a *orientação para a ação militante* assume significado somente através das relações sociais. As redes influenciam as orientações e estas dependem do tipo e da natureza da “*embeddedness*” dos indivíduos nelas.

Os indivíduos não decidem aprioristicamente investir num determinado tipo de *ação militante*. Essa decisão é o resultado da sua “*embeddedness*” nas redes. Este tipo de abordagem permite ultrapassar as limitações tanto das teorias racionalistas (e.g. Olson, 1998; Gaxie, 1977), que negligenciam o facto das decisões dos indivíduos serem fortemente condicionadas pelas suas relações sociais como de abordagens do tipo das de Labbé e Croisat (1992), que ao

referirem a existência de “*adhésions extro-déterminées*”, se limitam a afirmar que existem indivíduos que investem na *ação militante* porque para tal são pressionados.

As redes e as orientações constituem duas dimensões que não podem ser separadas na análise da adesão à *ação militante* e, seguindo a sugestão de McAdam e Paulsen, consideraremos aquela que é a distinção mais recorrente na literatura entre “*formal ties*” e “*informal ties*”. No primeiro caso referimo-nos à participação, prévia à adesão à *ação militante sindical*, em organizações formais, principalmente as que se encontram ideologicamente próximas do movimento sindical, sendo igualmente relevante o assumir de responsabilidades nessas organizações ou noutros espaços; no segundo, referimo-nos às relações – de parentesco, amizade, de conhecimento – mantidas com indivíduos que podem desenvolver um importante papel de incitamento ou de não constrangimento ao *investimento na ação militante*. Como referem McAdam e Paulsen, “*strong or dense interpersonal networks encourage the extension of an invitation to participate, and they ease the uncertainty of mobilization*” (McAdam & Paulsen, 1993, p. 644).

No fundo, a passagem à *condição militante* resulta de um encontro entre, por um lado, uma *orientação para a ação militante* adquirida pelos indivíduos ao longo do processo de *socialização militante* e, por outro, das *incitações sociais* protagonizadas por aqueles que lhes são próximos e com os quais interagem e partilham experiências sociais similares. Este encontro ocorre num determinado contexto específico, os seja, em determinadas circunstâncias (por exemplo, um acontecimento político, um conflito laboral, a necessidade de criar organização sindical num local de trabalho ou a formação de um sindicato). Numa palavra, a adesão à *ação militante* ocorre quando percurso individual e trajetória coletiva se combinam no quadro de um contexto particular.

4. Metodologia

Na pesquisa seguiu-se uma estratégia de tipo compreensivo, tendo-se utilizado como técnica de observação a “*abordagem biográfica*” Bertaux (1980), designação que este autor prefere às de “*método das narrativas de vida*” ou “*método biográfico*”, porque o que está em jogo não é somente a adoção de mais uma técnica de observação, antes se tratando de construir uma nova abordagem sociológica que permite “*réconcilier l’observation et la réflexion*” (Bertaux, 1980, p. 201).

Esta é uma posição essencialmente de crítica à hegemonia quantitativa e a procura de uma Sociologia não positivista, mas é também uma forma de evitar a *ideologia biográfica* que Bertaux descortina na Escola de Chicago. Neste sentido, defende-se que se deve considerar as

narrativas de vida não como histórias de uma “vida”, mas como “*récits de pratiques*”, o que significa que o objeto de estudo não é a “vida”, mas antes as trajetórias, as práticas, os projetos dos indivíduos, que são simultaneamente produto e produtores de história.

Como qualquer outro instrumento de observação, também este tem virtualidades e limites e, por isso mesmo, tem sido alvo de inúmeras controvérsias teórico-metodológicas, com vários autores a evidenciarem o que consideram ser os seus aspetos problemáticos, a começar pela crítica contundente que Bourdieu (1986) lhe dirigiu na introdução a um número especial das *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* com o significativo título de “*L’illusion biographique*”.

5. O processo de adesão de Joana à militância sindical

Nascida em 1960 Joana viveu desde criança no Porto, vindo a falecer prematuramente em 2015. Durante cerca de trinta anos militou no STSSSS (Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social), tendo pertencido à sua direção durante vários mandatos. Foi ainda militante feminista na UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta) e política no Bloco de Esquerda.

Na sua infância e juventude, Joana foi sujeita a um conjunto de vivências que integraram a sua *socialização militante*, permitindo-lhe desenvolver, por um lado, uma identificação com um *projeto sindical* que, recordamos, envolve a adesão a uma ideologia sindical, a um determinado modelo organizativo, à prossecução de certos objetivos e à implementação de determinadas formas de ação e, por outro, a uma *orientação para a ação militante*, enquanto predisposição para investir numa *ação militante* considerada necessária e legítima e que se traduz na aceitação de cargos sindicais envolvendo esforço e empenhamento.

As recordações de infância de Joana incidem fundamentalmente na condição proletária que vivenciou. A vivência de uma situação de exclusão social – que não foi mais extrema devido à *sociedade-providência*, neste caso protagonizada pelos avós maternos que viviam numa aldeia do Alto Minho e cultivavam uma “courela” de onde extraíam vários produtos agrícolas que a alimentavam e à sua família – forneceu a Joana a *experiência de base*, para utilizar a terminologia de Andrieux e Lignon, que ela percecionou como uma injustiça de classe, vindo a contribuir fortemente para a sua identificação com o sindicalismo e para a construção de uma *orientação para a ação militante*:

“A minha mãe era doméstica e o meu pai era pedreiro da construção civil. Na altura vivia-se com dificuldades. (...) [vivia numa] ilha³ (...) onde era muito desagradável viver, porque as casas estavam a cair e nós estávamos a ter problemas de saúde. (...) O meu avô e o meu pai escreveram uma carta ao presidente no tempo do Salazar e o meu pai ganhou uma casa que estava em construção [num bairro social]. (...). E a partir daí a nossa vida foi toda passada no bairro social. (...) O meu pai ganhava 300\$ por mês e tinha de pagar 250\$ de renda de casa e assim só sobrava 50\$ por mês. (...). Pronto... e nós passávamos mal. E o passar mal era fazer apenas uma refeição por dia. Depois andávamos sempre doentes. (...). Eles tinham que se governar com os 50\$ que restavam... isso tinha de dar para o resto das despesas. Quando o meu pai recebia a primeira coisa que faziam era pagar a renda, depois a água e a luz e o resto era para sobrevivermos.”

Esta situação obrigou o pai de Joana a emigrar quando ela tinha cerca de 9 anos. O pai regressou passados alguns anos, mas ficou posteriormente desempregado quando Joana tinha 16 anos, o que implicou o seu abandono precoce do sistema educativo. Foi trabalhar e pretendia prosseguir os estudos à noite, mas foi impedida pelo pai, que *“ficou mesmo desvairado”*; só tendo voltado a estudar aos 21 anos

Duas figuras tutelares que constituíram referências para Joana foram o seu avô materno e, sobretudo, a mãe. O avô era um republicano letrado – inclusivamente, emprestava-lhe livros – que tinha sido perseguido durante a monarquia e que havia dado apoio a republicanos galegos durante e após a guerra civil no estado espanhol.

No caso de Joana, a mãe é uma figura central, tendo um papel decisivo na representação do mundo que irá desenvolver. Foi ela que, apesar de só ter a 3ª classe, lhe mostrou que é preciso agir para acabar com a *“exploração”*, que é preciso *“fazer com que as coisas andem”*:

“(...) Tem a sensibilidade e também tem outra coisa... sabe o que é a exploração, porque a minha mãe habituou-se a trabalhar na jorna lá na aldeia para os senhores. Portanto, a minha mãe tem a noção muito mais sentida em relação ao que é a exploração propriamente dita que o meu pai.”

³ Tipo de habitação operária característica do Porto.

Simultaneamente, esta militante criticará fortemente o seu pai por aquilo que considera ser a sua passividade ante a situação de “*exploração*” a que estava sujeito, não encontrando explicação para essa atitude, a não ser em termos de “*inteligência*”: o pai será “*menos inteligente*” do que a mãe.

Um momento que surge como marcante na narrativa de Joana é o 25 de Abril e o PREC (Processo Revolucionário em Curso). Segundo afirmou, ainda que a mãe a tivesse impedido de se filiar associativamente “*por causa das bombas*”, participou em reuniões de estudantes na escola que frequentava e foi a manifestações com a mãe e os irmãos.

A vivência do processo revolucionário despertou-lhe “*curiosidade*”. Por outro lado, ainda que não pareça ter sido muito relevante para a sua trajetória, a Joana foi-lhe permitido pela mãe – que frequentava a igreja – participar em atividades da JOC (Juventude Operária Católica), a organização de juventude da Ação Católica, surgida do duplo húmus do evangelho e da oficina, e que tem constituído para muitas gerações de militantes sindicais, em Portugal e não só, uma das organizações de juventude que mais tem contribuído para uma educação formal do empenhamento social.

Após abandonar os estudos, Joana foi de imediato trabalhar. Depois de passar por dois empregos, e ainda muito jovem, foi trabalhar para o lar de uma IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social), sujeita inicialmente a uma situação contratual precária. E foi um acontecimento passado nesta instituição, que Joana relatou pormenorizadamente, que se mostrou decisivo para o seu encontro com o mundo sindical.

*“Trabalhava das 8 horas da manhã até às 8 horas da noite. Foi aí que eu comecei a tomar consciência. Chegou a uma certa altura que eu comparei aquela vida com as fotografias dos negros que vi [na casa da mãe do General Soares Carneiro, o seu segundo emprego]. Aguentei 3 anos a trabalhar assim (...) **Sabia que estava a ser explorada.** (...)*

Por vezes era obrigada a fazer coisas... uma vez fui obrigada por uma freira a limpar as feridas de uma idosa que estava acamada e que tinha muitas escaras. Fui obrigada a limpar as feridas sem luvas e desmaiei ao fazer aquilo. Então a freira pegou na bacia de água e bateu-me com ela na cabeça. Quando voltei a mim estava toda molhada... e senti uma revolta muito grande e nesse dia já não trabalhei mais. (...) Foi nessa altura que eu ganhei um grande ódio e percebi que isso não podia continuar e que tinha mesmo que deixar aquilo, pois não havia condições, para além de que as pessoas eram humilhadas. Muitas vezes

tiravam-me 100\$00 ou 200\$00 do meu ordenado e inventavam coisas... diziam que eu chegava atrasada... às vezes até chegava, mas isso não era razão para me descontarem assim o dinheiro.”

A situação, percebida como de *exploração* e de *humilhação*, impeliu-a a ir ao encontro de um sindicato para solicitar a sua intervenção, ela que então não era sequer sindicalizada, tendo-se sindicalizado nessa altura, naquilo que segundo a tipologia de Contrepois (2003) constituirá uma “*adhésion de défense individuelle*”. No entanto, não foi bem-sucedida nesta sua primeira aproximação ao sindicalismo:

“Inscrevi-me nesse sindicato [da função pública], paguei as quotas, falei da situação e fiquei à espera que mandassem lá a inspeção do trabalho. Passaram-se 3, 4 meses e não acontecia nada. O trabalho continuava na mesma e não havia alterações. Fui outra vez ao sindicato, falei com um dirigente que começou por me dizer que não poderia fazer nada porque o lar onde eu trabalhava não pertencia ao Estado, que era uma instituição privada e que eles não tinham legislação para atuar. (...) [Disse] que queria ver a carta que eles tinham feito a denunciar o meu caso e foi quando soube que nunca fizeram nada e que não chegaram a contactar a inspeção do trabalho. Foi então que me passei. Começaram a desculpar-se, que se tratavam de casos muito difíceis e muito complexos, que davam muito trabalho ao sindicato e que eram dispendiosos. Perante aquilo virei as costas e vim-me embora [deixando de ser sócia].”

Procurou então outro sindicato, o STSSSS, que resolveu o seu problema e do qual se viria a tornar, primeiro delegada sindical no seu local de trabalho e, posteriormente, dirigente não permanente. Joana atravessa então a fronteira entre a inatividade e a *ação militante*. Conforme o nosso modelo teórico, essa passagem ocorreu quando uma circunstância (no caso um conflito de trabalho) proporcionou que se desse o encontro entre a *orientação para a ação* adquirida por Joana durante a sua trajetória individual e uma trajetória coletiva, em que as suas colegas de trabalho, com as quais Joana interagia e partilhava experiências sociais, protagonizaram a necessária incitação para ela se tornar militante.

“Fui eleita delegada sindical pelas minhas colegas que tinham ficado todas contentes com o que eu tinha conseguido. Essa eleição foi assim: depois de ter vindo do sindicato da segurança social, com todas as informações que tinha lá conseguido, fui ter com as minhas colegas e expliquei-lhes tudo, assim como lhes expliquei que era muito importante que estivessem todas sindicalizadas. Elas concordaram comigo e sindicalizaram-se. Disse-lhes que era preciso haver um delegado sindical, mas que não queria ser eu e que elas teriam de escolher entre elas. Começaram logo a dizer: ‘Vais ser tu, porque tu é que tomaste a iniciativa. Tu é que foste saber onde ficava o sindicato. Tu é que soubeste logo desde o princípio o que fazer. Isso foi muito bom para nós, nós vamos sindicalizar-nos, mas tu é que ficas como delegada sindical.’”

6. Conclusão

Apesar da crise que o movimento sindical atravessa à escala global, para a qual contribuem quer fatores exógenos quer endógenos ao movimento, os e as militantes sindicais continuam a existir e a agir.

A abordagem que realizámos é distinta das muitas que anteriormente foram realizadas. Como referido, mais do que tentar explicar o *porquê*, interessou-nos antes compreender o *como*, isto é, de que forma é que Joana se tornou militante sindical, pelo que o enfoque incidiu nos processos conducentes à adesão desta mulher à *ação militante*.

No caso de Joana, a *socialização militante* na infância e na juventude não foi muito intensa e prolongada, antes tendo sido algo difusa. Deste modo, foi sobretudo a presença de determinados fatores estruturais que a expuseram a uma oportunidade de participação e a puxaram para a ação. Caso contrário, ela teria permanecido inativa. E, como duas décadas antes já Andrieux e Lignon haviam notado, não basta “*prise de conscience*” e aceder a uma “*éclairage idéologique*” para que alguém se torne militante sindical. A importância do *meio ambiente de trabalho* é crucial, como demonstra o caso de Joana.

Em conclusão, em última instância, é a estrutura das relações sociais *de e no* trabalho realmente existentes nos locais de trabalho que pode explicar a adesão ou não à *ação militante*. Foi o que sucedeu no caso de Joana. As condições de opressão e de exploração e o incitamento das suas camaradas de trabalho, levaram-na a dar o passo da inatividade à ação.

Bibliografia

Andolfatto, D., & e Labbé, D. (2000). 2000. *Sociologie des syndicats*. La Découverte.

- Andrieux, A., & Lignon, J. (1973). *Le militant syndicaliste d'aujourd'hui. Ouvriers, cadres, techniciens, qu'est-ce qui les fait agir?* Denoel.
- Aron, R. (2004). *L'opium des intellectuels*. Calmann-Lévy
- Bell, D. (1964). *The end of ideology: on the exhaustion of political ideas in the fifties*. The Free Press.
- Batstone, E., Boraston, I., & Frenkel, S. (1979). *Shop stewards in action. The organization of workplace conflict and accommodation*. Basil Blackwell.
- Bertaux, D. (1980). L'approche biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, (69), 197-225. <https://www.jstor.org/stable/40689912>
- Bourdet, Y. (1976). *Qu'est-ce qui fait courir les militants? Analyse sociologique des motivations et des comportements*. Stock.
- Bourdieu, P. (1980). *Questions de sociologie*. Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1986). L'illusion biographique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, (62-63), 69-73.
- Caire, G. (1971). *Les syndicats ouvriers*. Presses Universitaires de France.
- Caire, G. (1980). Du militantisme syndical. *Revue Française des Affaires Sociales*, 34(3), 79-124.
- Clark, T., & Lipset, S. M. (1991). Are social classes dying? *International Sociology*, 6(4), 397-410. <https://doi.org/10.1177/026858091006004002>
- Contrepois, S. (2003). *Syndicats, la nouvelle donne. Enquête sociologique au cœur d'un bassin industriel*. Éditions Syllepse.
- Dubar, C. (1991). *La socialisation. La construction des identités sociales et professionnelles*. Armand Colin.
- Duffy, N. F. (1981). A typology of shop stewards. *Industrial Relations Journal*, 12(4), 65-70. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2338.1981.tb00372.x>
- Erbès-Seguin, S. (1971). *Démocratie dans les syndicats*. Mouton.
- Freyssenet, M. (2002). La forma más sencilla de equivocarse en ciencias sociales, *Sociología del Trabajo*, (46), 3-17.
- Fukuyama, F. (1992). *O fim da história e o último homem*. Gradiva.
- Gaxie, D. (1977). Economie des partis et rétribution du militantisme. *Revue Française de Science Politique*, 27(1), 123-154.
- Gorz, A. (1980). *Adieux au prolétariat: Au-delà du socialisme*. Galilée.
- Granovetter, M. (1985). Economic action and social structure: the problematic of embeddedness. *American Journal of Sociology*, 91(3), 481-510. <https://doi.org/10.1086/228311>
- Habermas, J. (1987). *Théorie de l'agir communicationnel*. Fayard.
- Hyman, H. H. (1969). *Political socialization. A study in the psychology of political behavior*. The Free Press.
- Hyman, R. (2001). *Understanding European trade unionism. Between market, class and society*. Sage.
- Kelly, J., & Heery, E. (1994). *Working for the union: British trade union officers*. Cambridge University Press.
- Labbé, D., & Croisat, M. (1992). *La fin des syndicats?* L'Harmattan
- Lipset, S. M. (1981). *Political man: The social bases of politics*. Johns Hopkins University Press.
- Maitron, J. (1961). La personnalité du militant ouvrier français dans la seconde moitié du 19^{ème} siècle. *Le Mouvement Social*, (33-34), 67-86. <https://doi.org/10.2307/3777335>
- McAdam, D., & Paulsen, R. (1993). Specifying the relationship between social ties and activism. *American Journal of Sociology*, 99(3), 640-667. <https://www.jstor.org/stable/2781286>
- Méda, D. (1999). *O trabalho. Um valor em vias de extinção*. Fim de Século Editora.

- Moore, R. (1980). The motivation to become a shop steward. *British Journal of Industrial Relations*, 18(1), 91-98. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8543.1980.tb00835.x>
- Mouriaux, R. (1983). *Les syndicats dans la société française*. Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- Mothé, D. (1965). *Militant chez Renault*. Éditions du Seuil.
- Olson, M. (1998). *A lógica da acção colectiva. Bens públicos e teoria dos grupos*. Celta
- Percheron, A. (1993). *La socialisation politique*. Armand Colin.
- Poujol, G. & Romer, M. (1993). *L'apprentissage du militantisme. Enquête auprès des organisations de jeunesse*. Laboratoire de Sociologie du Changement des Institutions (Working Paper, n.º 27)
- Rifkin, J. (1995). *The end of work: the decline of the global labor force and the dawn of the post-market area*. Putnam Book.
- Rodrigues, I. J. (1999). *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Vozes.
- Sverke, M., & Kuruvilla, S. (1995). A new conceptualization of union commitment: Development and test of an integrated theory. *Journal of Organizational Behavior*, 16(6), 505–532. <https://doi.org/10.1002/job.4030160603>